

Quinta-feira, 16 de Novembro de 2006 - Estrasburgo

Etiópia

Ana Maria Gomes (PSE), Autora . - A repressão sobre a juventude e sobre os oromos, os amhárlicos e outros grupos étnicos na Etiópia, a continuada prisão e os julgamentos-farsa de líderes eleitos da oposição, dirigentes sindicais, jornalistas, professores, activistas dos direitos humanos e desenvolvimento e muito outros etíopes que se batem pela liberdade e a democracia, a manipulação pelo Governo de Meles Zenawi e das conclusões das comissões de inquérito sobre o massacre de 193 pessoas, em Junho e Novembro de 2005, no seguimento de protestos sobre a fraude eleitoral, e a perseguição movida aos juízes daquela comissão que recusaram a manipulação e se viram, por isso, obrigados a fugir do país, a prisão da jurista Yalemzewd Bekele, ao serviço da delegação da União Europeia, e a expulsão de diplomatas europeus sem justificação e em violação da Convenção de Viena, todos estes factos não demonstram só a natureza anti-democrática e totalitária do regime de Meles Zenawi. Expõem a crescente fraqueza e desespero desse regime.

Há muito, desde as conclusões da missão de observação eleitoral da União Europeia em 2005, que os Governos no Conselho e na Comissão se deviam ter concertado e passado à acção relativamente ao regime de Meles Zenawi. Como disse Teshale Aberra, um dos juízes que teve de fugir do país, o Governo de Meles é tão mau ou pior do que o de Menguisto.

A Etiópia recebe ajuda financeira da União Europeia, por isso a União Europeia tem que exigir a imediata libertação de todos os prisioneiros políticos, tem que exigir um inquérito internacional aos massacres de 2005 e a comparência diante da justiça dos responsáveis por tais massacres, a União tem que tomar as medidas apropriadas previstas no artigo 96º do Acordo de Cotonu, de que a Etiópia é membro, como o exige este Parlamento.

Tais medidas passam pelo congelamento de bens e vistos de entrada na Europa para Meles Zenawi e membros do seu Governo. Todas essas medidas devem ser calibradas de modo a atingir os principais responsáveis e não se repercutir negativamente sobre o povo etíope. Os Governos e a Comissão têm de parar de justificar a sua tolerância para com este regime anti-democrático e violador dos direitos humanos, a pretexto de que é um aliado na luta contra o terrorismo.

Europeus e americanos têm de parar de se iludir, a intervenção etíope na Somália, a pretexto de combater o terrorismo, mais não tem logrado senão a entrincheirar os tribunais islâmicos em Mogadíscio, mas as consequências desastrosas não se ficam por aí, sobre o regime desacreditado e sem apoio popular de Meles Zenawi é a própria Etiópia, o segundo país mais populoso de África, que se torna terreno fácil para a infiltração terrorista.